

MIRABILE, Antonio. **Proteção e rastreamento do patrimônio cultural.**

Curso Informativo sobre Preservação de Acervos Bibliográficos e Documentais.

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 2006.

Tradução: Thais Helena de Almeida Slaibi

Proteção e rastreamento do patrimônio cultural.

A cada ano, entre 6.000 a 7.000 volumes de obras e objetos de artes desaparecem no território francês. Os bens roubados, provenientes dos castelos e antigos imóveis, são raramente recuperados por seus proprietários, por falta de provas irrefutáveis – a começar pela existência de uma fotografia da obra ou do objeto desaparecido.

Por um outro lado, o recolhimento das obras de arte do Mobiliário Nacional (Mobilier Nacional) realizado na França em 1996 mostrou o insuficiente rigor da gestão do patrimônio mobiliário do Estado. Esta investigação, que não tinha sido ainda realizada em dois séculos de maneira geral e sistematizada, começou efetivamente em março de 1997, e deverá ser concluída em 2007. As verificações chegaram a 80.000 objetos, 10.000 não puderam ser localizados. Os objetos, frequentemente mal documentados, trazem problemas de identificação insolúveis.

É preciso adicionar aos dados, sobre o roubo e a dificuldade de identificar ou localizar um objeto, a intensa política de empréstimo e de exposição adotada pelos museus (ex.: o MNAN Centro Pompidou emprestou, em 2005, 3.229 obras de arte para 200 exposições em diferentes países do mundo inteiro). Os museus têm evidente, vários procedimentos e protocolos de transferência de obras de arte que asseguram seu rastreamento e identificação mesmo se expõem as obras de arte a riscos de degradação devido à vibração, impactos e variações de temperatura e umidade que acontecem durante seu deslocamento.

As obras de arte nunca viajaram tanto e a livre circulação de mercadorias prevista pelo tratado de Roma facilita este deslocamento. Há vários anos algumas comissões, subcomissões e grupos de trabalho, sob o controle ou não de instituições públicas, surgiram em diferentes países da União Européia, com a finalidade de melhor compreender os procedimentos de controle, de modelos e de instrumentos que protejam e identifiquem os bens culturais de diferentes países assim como o nível de cooperação entre eles. Esta avaliação permitiu identificar as linhas de intervenção a fim de colocar em prática um sistema de rastreamento e de identificação garantindo de uma vez a proteção dos patrimônios culturais e da circulação de bens.

Quais são as medidas de proteção instauradas a fim de evitar ou restringir a saída, lícita ou ilícita, de obras de arte do território nacional?

Quais são os mecanismos de divulgação de acordos entre os Estados membros da União Européia?

Como identificar a obra de arte e como assegurar seu rastreamento?

A legislação em vigor

Os Estados membros adotaram o Regulamento¹ 3911/92 de 9 dezembro de 1992 concernente a exportação de bens culturais e a Diretiva² 93/7/CEE de 15 de 1993 relativa a restituição de bens culturais que saíram ilicitamente do território de um Estado membro.

Os Estados membros também adotaram as convenções internacionais da UNESCO³, do Conselho da Europa⁴ e do UNIDROIT⁵.

As legislações nacionais em matéria de proteção de bens culturais constituem uma limitação a livre circulação de mercadorias previstas pelo tratado de Roma. Os Estados membros podem proibir a saída de uma obra de arte considerada tesouro nacional na condição de que esta interdição seja considerada como uma exceção a livre circulação e concerne a uma hipótese excepcional. Todos os países são dotados de dispositivos que proíbem ou limitam as exportações de bens culturais submetendo a saída do bem à exigência de licenças, declarações, certificados, atestados e etc.

Os sistemas de proteção se baseiam principalmente sobre dois conceitos:

1. A catalogação (inscrição em uma lista)
2. O controle à exportação.

Os bens fazendo parte de coleções públicas (museus, bibliotecas, instituições públicas,...) são automaticamente tombados e considerados como tesouro nacional. Eles não podem ser exportados a título definitivo.

Os documentos que permitem a circulação

Os procedimentos de controle constituem o único meio colocado em prática para proteger o patrimônio cultura. Para certos bens culturais um certificado ou uma autorização são necessários a fim de permitir sua circulação no interior de um Estado membro.

Esta autorização de saída de um país a outro permite assegurar o rastreamento da obra de arte e obriga os Estados a conhecer reciprocamente os modelos e os documentos que acompanham uma obra de arte.

Os documentos ligados à transferência de um bem cultural são de três tipos:

1. Autorização de expedição para o território de um outro Estado.
2. Certificado de importação.
3. Documento de acompanhamento.

Inventário, catálogo, registro...

O inventário é um instrumento eficaz de proteção dos tesouros nacionais que favorecem a luta contra os roubos e uma circulação controlada.

A primeira medida consiste inscrever os objetos em uma lista, um catálogo, um registro.

A segunda medida consiste colocar na obra um processo de identificação consistente para estabelecer um processo documentado comportando o máximo de informações que permitam descrever as características da obra. A ficha de identificação mínima dos objetos culturais "Objetos ID", publicada pelo "Getty Information Institute" responde a este objetivo.

Ela comporta os seguintes elementos:

Fotografia da obra

Características principais: tipo, dimensões, material, inscrições, marcas, datas ou época, nome do artista, assunto, título, elemento distintivo e... .

Descrição

Marcação

As regras que regem as informações dos livros de inventário (paginação, assinaturas, fragilidades, defeitos do documento,...) devem ser bem definidas e respeitadas.

De uma maneira geral existem três categorias de bens culturais suscetíveis de serem inventariados:

1. As coleções de museus e instituições públicas e privadas.
2. Os bens de propriedade de igrejas e de instituições religiosas.

3. Os outros bens culturais que compreendem aqueles pertencentes a particulares.

As bases de dados

A criação de uma base de dados para inventariar os bens culturais é um elemento fundamental para assegurar o rastreamento destes bens. As bases de dados podem ser reunidas em três grupos:

1. As bases de dados concernentes aos bens culturais “tesouros nacionais”.
2. As bases de dados concernentes aos bens culturais roubados.
3. As bases de dados concernentes à circulação dos bens culturais

No caso da França, o inventário geral é acompanhado por um conjunto de cinco bases de dados documentais: Mérimée, Palissy, Mémoire, Archidoc, Thesaurus. A base de dados JOCONDE constitui o catálogo coletivo das coleções dos museus da França. As coleções em exposição ou em reserva são identificadas e descritas peça por peça em registros em papel e informatizado.

A gestão das informações das obras de arte roubadas é confiada às forças de polícias nacionais e à INTERPOL⁶ e a EUROPOL. Cada país gera uma base de dados que é alimentada pelas forças de polícia nacional e disponíveis, com algumas limitações, na internet. As bases são organizadas e estruturadas sobre diferentes critérios e podem ser pesquisadas pelo tipo do objeto, pelo autor e sobre o período histórico.

A INTERPOL tem um lugar de destaque e, mesmo que sua base não seja exaustiva, tem o mérito de ser a única base capaz de centralizar as informações, de organizá-las e de distribuir aos assinantes sob a forma de CDROM.

As bases de dados concernentes à circulação de bens culturais servem para gerenciar as autorizações acordadas e não são acessíveis ao grande público. Em vários países estas bases são utilizadas pela gestão de licenças de exportação fora da União, mas nenhuma permite visualizar as fotos dos bens culturais que são objeto de demandas de exportação.

Os sistemas de cooperação

A cooperação entre o Ministério da Cultura⁷, as instituições responsáveis de inventariar, as alfândegas, as casa de venda e as forças policiais estão em contínua evolução e cada Estado criou um comitê central cujo exemplo mais interessante está na França onde o Ministério da Cultura estabeleceu um *Observatório* composto de representantes do Ministério da Cultura, das alfândegas, da polícia, dos sindicatos dos antiquários, dos livreiros e das casas de venda.

As iniciativas de interconexão entre as bases de dados continuam insuficientes.

A cooperação a nível internacional não é estruturada. Os atores implicados se reúnem uma vez por ano no âmbito do Comitê Consultivo da UNESCO. Graça a estas reuniões que linhas importantes são amarradas entre diferentes responsáveis e excelentes relações são estabelecidas entre alguns países.

A cooperação no nível das forças de polícia se organiza no interior de redes bem estruturadas como a INTERPOL.

A marcação das obras de arte

A marcação de refere a uma ou vários métodos de etiquetagem visível e/ou invisível de um objeto compreendendo informações que identificam o objeto e ligam de maneira única a seu proprietário.

A marcação é muito importante para a identificação de um objeto e de seu proprietário legal em caso de perda de roubo e para a identificação de um objeto no momento de uma transferência e de seu retorno.

Na França, a Subcomissão de Marcação de obras de arte reconhece o interesse de identificação de uma marcação racional e começou uma pesquisa sobre uma qualificação que possa conduzir a certa homogeneização. Os primeiros trabalhos consistiram em pesquisar as informações sobre os novos sistemas e a elaborar um questionário⁸ sobre as práticas correntes.

A perenidade da legibilidade das marcações face ao envelhecimento e as tentativas de apagamento ou de falsificação são muito importante assim como certo número de outros critérios tais como a durabilidade, a legibilidade e inocuidade do produto frente a uma obra.

Procedimentos de marcação

Os procedimentos de marcação identificados podem ser divididos em três categorias:

- As marcações tradicionais que são visíveis e tanto destinadas à identificação.
- As marcações de gerenciamento que usam tecnologias recentes e utilizam de ferramentas de leituras automáticas.
- As marcações de segurança que visam a prevenir os roubos e são sempre associadas às imagens.

A análise dos procedimentos utilizados permite melhor conhecer as dificuldades ligadas à identificação de um sistema de marcação único, devido à diversidade de obras, de seus suportes, de suas características e de critérios de conservação a respeitar.

Prática da marcação tradicional

A prática da marcação se baseia sobre a atenção dada:

- A localização da marca;
- A legibilidade da marca;
- A natureza da marca, e em particular à sua característica mais ou menos reversível.

A marcação visível pode servir de fator de dissuasão em caso de roubo, ele deve ser acessível, invisível para a exposição, posicionado em uma parte não desmontável e sistematicamente colocada no mesmo lugar para um mesmo tipo de objeto.

O número não cobrir informações úteis e deve ser posicionado sobre uma zona cuja superfície está íntegra e onde os riscos de abrasão são poucos.

É preciso reduzir o mínimo o número de técnicas de marcação e as técnicas selecionadas devem ser inscritas em um procedimento que pode servir de referencia. O documento deverá comportar os endereços dos fornecedores, as fichas técnicas e as fichas de segurança dos produtos utilizados. É preciso evitar as técnicas de marcação cuja reversibilidade é problemática ou produtos comerciais não testados.

É preciso absolutamente verificar a exatidão do número que vai ser colocado no objeto e examinar o estado da superfície do objeto. Fazer, eventualmente, uma limpeza preliminar. Para permitir uma boa legibilidade do número recomenda-se inscrever o número em preto sobre um fundo branco e em branco sobre um fundo preto sempre evitando a utilização de tinta vermelhas em razão de uma grande instabilidade dos pigmentos ou corantes contidos nestas tintas.

As técnicas de marcação à leitura direta são:

- Lápis grafite ou tinta oleosa, esta técnica é utilizada sobre desenhos, estampas, fotografias (menos negativos), documentos de arquivos, obras relacionadas, pergaminhos; as tintas *Tiflex®*⁹ são as únicas que foram testadas na França por laboratórios envolvidos nas marcações de bens culturais. É recomendado utilizar as tintas que passam com sucesso no *Photografic Activity Test (PAT)*¹⁰.
- Marcação com verniz Paraloid B-72¹¹, para todos os objetos cuja superfície que não é porosa ou é pouco porosa e sobre obras montadas em chassis.
- Marcação à pintura, para objetos de grande formato conservados ou expostos no exterior. Utilizar uma pintura alquídica¹² branca ou preta de boa qualidade.
- Marcação sobre etiquetas coladas, para os objetos de superfície não porosa ou pouco porosa.
- Marcação sobre etiquetas costuradas para os objetos têxteis ou objetos de fibras naturais.
- Marcação sobre etiquetas amarradas, para os objetos de fibras naturais e os objetos tridimensionais de superfícies frágeis. Marcação sobre etiquetas pregadas ao lado do objeto com a ajuda de um alfinete em aço inoxidável.
- Marcação sobre etiqueta imersa, para objetos conservados em imersão ou para espécies conservadas em fluidos. A etiqueta é em polietileno¹³ *Tyvek®* e ela é colada dentro do invólucro contra a parede transparente.

Marcação de segurança

Se o objeto é único, o recurso de marcação é supérfluo. O levantamento fotográfico e uma descrição do objeto é suficiente para sua identificação. A marcação se faz necessária na presença de múltiplos (bronzes, peças de porcelana, estampas não numeradas, fotografias, objetos...).

Os sistemas de marcação e de identificação de bens culturais foram melhorados devido ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas apesar destes progressos, um sistema único capaz de assegurar a identificação de um bem cultural sem ter repercussão negativa sobre sua conservação não foi ainda estabelecido. Um grande número de empresas privadas, comerciantes de produtos de marcação, abandonou o setor que necessita de importante investimento e de uma matriz técnica total.

Os serviços especializados na luta contra o tráfico de bens culturais roubados consideram com prudência toda colaboração com uma empresa privada. A manutenção de um arquivo pelas empresas privadas deve respeitar regras bem definidas.

Os carimbos indeléveis ou as marcas de coleção pintadas ou secas são, sem dúvida, os sistemas de marcação os mais utilizados, eles são difíceis de apagar sem desfigurar a obra de arte.

Dentre as novas tecnologias a identificação por ondas (RFID – Rádio Frequência Identificação) é o sistema mais utilizado, ele é composto de transponder (TRANSMITIR + RESPONDER) ou chip RFID contendo informações sobre o objeto marcado e de um leitor. Apesar do seu tamanho reduzido de chip (um grão de arroz) e o fato que este chip não necessita de nenhuma alimentação, ele não pode ser detectado a mais de três metros de distância e a localização por GPS é impossível, pois o chip não dispõe de nenhuma fonte de energia e a presença de uma bateria aumentaria sensivelmente seu tamanho. No mais este sistema não é utilizável para as artes gráficas.

Um outro método de marcação em expansão é a marcação ADN. Trata-se do ADN sintetizado de propriedade, ele não é detectável e cada peça pode receber uma quantidade infinitesimal (uma parte de milhão). Ele pode ser aplicado sobre uma área de verniz de uma pintura ou sobre um micro ponto cuja leitura se faz por microscópio. As obras de toda uma coleção poderão ter a mesma marcação à ADN. O único inconveniente da marcação à ADN é que requer uma análise em laboratório.

Outras tecnologias utilizam a gravura laser que permite gravar um número dificilmente visível a olho nu, a micro marcação, a marcação à tinta invisível e detectável aos raios UV que é às vezes associado à ADN, a tinta permite marcar a zona onde é aplicado o ADN.

Um dos últimos avanços em termo de identificação de obras de arte é o FING-ART-PRINT¹⁴ um projeto que pesquisa e desenvolve técnicas apropriadas para descrever uma obra de arte através de vários parâmetros. A idéia é de levantar quatro parâmetros, a saber: cor, transparência, reflexão da luz e textura.

As quatro informações levantadas sobre qualquer milímetro constituem uma verdadeira impressão digital única da obra de arte. Esta técnica, cujos resultados serão publicados dentro de alguns meses tem a vantagem de não encostar ou marcar a obra, de dar informações de identificação únicas, de ser fácil de utilizar e de se adaptar aos bancos de dados internacionais.

Independente do método ou técnica escolhido é preciso absolutamente escolher uma técnica de marcação ou identificação cujo custo é controlado a fim de evitar a paralisação da marcação dos objetos em caso de redução de orçamento.

¹ Regulamento (CEE) nº3911/92 do Conselho, de 9 de dezembro de 1992, relativo à exportação dos bens culturais (Jornal Oficial L 395 de 31.12.1992, Retificação: Jornal oficial L 267 de 19.10.1996). Modificado pelas medidas seguintes: Regulamento (CE) nº. 2496/96 do Conselho de 16 de dezembro 1996 (Jornal oficial L 335 de 24.12.1996), Regulamento (CE) nº. 974/2001 do Conselho de 14 de maio de 2001 (Jornal oficial L 137 de 19.05.2001).

² Diretiva 93/7/CEE do Conselho, de 15 de março de 1993, relativa à restituição de bens culturais que saíram ilegalmente o território de um Estado membro (Jornal oficial L 74 de 27.03.1993). Modificados pelas medidas seguintes: Diretiva 2001/38/CE do Conselho, de 15 de junho de 2001 (Jornal oficial L187 de 10.07.2001), Diretiva 96/100/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de fevereiro de 1997 modificando anexo da diretiva 93/7/CEE (Jornal oficial L 60 de 01.03.1997).

³ Ver em <http://www.unesco.org/general/fre/legal/convent.shtml>

⁴ Ver em <http://www.conventions.coe.int/Treay/FR/Cadreprincipal.htm>

⁵ Ver em <http://unidroit.org/french/convrntions/c-main.htm>

⁶ Ver em <http://www.interpol.int/Public/WorkOfArt/DefaultFr.asp>

⁷ Ver em <http://minervaeurope.org>

⁸⁸ QUESTIONÁRIO

I - Quais são os procedimentos de marcação recentes o mais frequente aplicado no seu museu:

I-A etiquetas de códigos de barras.

I-B chips eletrônicos.

I-C Traços químicos, bioquímicos (fluorescentes, ADN de síntese,...).

I-D marcação a laser.

I-E outros.

II – Os procedimentos de marcação aplicados atualmente no seu museu são:

II-A colados acima da obra (alterando particularmente sua integridade).

II-B independente (por não atingir sua integridade).

III - Como é feita a escolha de um ou mais procedimentos aplicados?

III-A em conformação as recomendações de uma autoridade nacional ou federal.

III-B por consulta entre instituições patrimoniais (se sim, quais?).

III-C sob a recomendação de uma firma especializada (qual?) ou de um fornecedor de produtos (qual?).

III-D por um estudo bibliográfico publicado por um laboratório sobre este tema.

III-E outros.

IV - Como foram homologados estes procedimentos?

IV-A segundo um protocolo de testes definido em parceria com um laboratório testes.

IV-B Qual tipo de teste foram submetidos para conhecer sua resistência face aos limites físico-químicos aos quais são submetidos às obras de arte:

- Caracterização química dos produtos de marcação, dos produtos

intermediários utilizados em sua aplicação (cola, ligante, verniz, adesivo,...),

- Teste de resistência, à apagamento mecânico, às variações climáticas, aos agentes químicos.

V - A marcação é escolhida:

V-A a simples leitura visual?

V-B ou necessitaria de um instrumento de leitura especializada?

VI - Quais critérios foram levados em conta em um protocolo teste?

legibilidade
Durabilidade
Reversibilidade/irreversibilidade
Inocuidade
Resistência a apagamento
Outros
Para você qual é o critério dominante.

VII – Você está baseado em testes de envelhecimento conhecido há 10 anos, 50 anos, mais, quantos?

VIII - Existe um estudo similar sobre os procedimentos de marcação tradicional? Pintura, nanquim, etiqueta,... .

IX - Dentre os procedimentos que você utilizou, quais são as suas recomendações quanto à escolha de um procedimento ou de um produto de marcação em função do suporte e de sua aplicação que não constavam nos manuais ou pelos fornecedores?

⁹ *Tiflex*®: ver Atualidade da Conservação nº10, agosto-dezembro de 1999 e Atualidade da Conservação nº21, setembro-dezembro de 2003. A Biblioteca nacional da França (BnF) escolheu utilizar para carimbar documentos, as tintas oleosas pretas e vermelhas da marca *Tiflex*® depois de um estudo comparativo com as tintas da marca *Herbin-Sueur*® e um estudo comparativo entre as diferentes tintas (oleosas, não oleosas, plástica-inks, secagem rápida) da marca *Tiflex*®.

¹⁰ PAT: o “Fotográfico Activict Teste” (PAT) é uma norma ISO Standard Nº14523 desenvolvida para testar a qualidade e interação dos produtos utilizados em acondicionamentos e a conservação das fotografias e as possíveis interações entre as imagens fotográficas e os materiais onde elas são conservadas. O teste é, também, utilizado para testar os componentes de acondicionamentos de conservação como os adesivos, as tintas, as pinturas, as etiquetas e as fitas.

¹¹ Alquídic: o nome “alquídic” provem da primeira sílaba dos nomes álcool e “ácido”, desenvolvido por dar a pintura a óleo um tempo de secagem mais rápido, a resina alquídic é composta de óleo, de álcool e de ácido. A pintura alquídic é assim, uma pintura a óleo de secagem rápida.

¹² Preparação do verniz: 20 a 30% peso/volume, ex: 20gr de Paraloide B-72 em grãos por 100ml de acetona é uma solução a 20% p/v seja uma parte de Paraloide por cinco partes de acetona. Preparar o verniz 24 horas antes. Colocar os grãos no fundo de um recipiente que possa ser fechado hermeticamente, se possível de vidro. Colocar devagar a acetona tomando cuidado com os respingos. Usar luvas para esta operação. Fechar o recipiente e agitar regularmente o frasco durante um meio dia. Para obter um pigmento branco é suficiente adicionar um pigmento branco (branco de titânio) ao verniz a 20%p;v. Para favorecer a suspensão do

pigmento adicionar algumas gotas de tolueno. Atenção: o tolueno é tóxico, e utilize somente uma pequena quantidade, torne a fechar o frasco hermeticamente e conserve o material em um lugar ventilado.

Passar uma primeira camada de verniz sobre a zona escolhida e esperar 15 minutos antes de escrever seu número de inventário, após escrever o número, deixar secar alguns minutos e proteger o número com uma segunda camada de verniz.

¹³ Polietileno; polímero sintético presente na composição de materiais plásticos utilizado em conservação para acondicionamento e armazenamento de coleções. Sua composição é quimicamente inerte ao contato com outros materiais.

¹⁴ Ver <http://www.fingarprint.org/>